

PEDAGOFLEX

— E-BOOKS —

Curso Intensivo de Conhecimentos Básicos

SEDUC CEARÁ

Para Professores

- ✓ **LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA**
- ✓ **ACESSO IMEDIATO**
- ✓ **CONTEÚDO ATUALIZADO**
- ✓ **FÁCIL DE CONSULTAR**
- ✓ **CUSTO-BENEFÍCIO**
- ✓ **FOCADO PARA CONCURSOS**

340
QUESTÕES COMENTADAS

PIRATARIA É CRIME!



Aviso Importante – Pirataria é Crime

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

 **Atenção concurseiro:** Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFlix

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP
PARA TODOS OS ESTADOS
DO BRASIL!



**+ DE 50 MIL
PARTICIPANTES
EM TODO O BRASIL!**



**MILHARES DE ALUNOS
JÁ APROVADOS
COM A PEDAGOFlix!**

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:



**SIMULADOS
DIÁRIOS**



**AULAS
GRATUITAS**



**MATERIAIS
DE ESTUDO**



**INFORMAÇÕES
DE CONCURSOS**



**DICAS DE
PROFESSORES**



**E MUITO
MAIS!**



POR QUE PARTICIPAR?

- ✓ Conteúdos atualizados todos os dias
- ✓ Materiais exclusivos e direcionados
- ✓ Dicas valiosas de professores e aprovados
- ✓ Avisos e oportunidades de concursos
- ✓ Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



**É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!**



**SUA APROVAÇÃO COMEÇA
COM AS ESCOLHAS CERTAS!**

Entre agora no grupo do seu Estado
e estude com quem está no mesmo
objetivo que você!



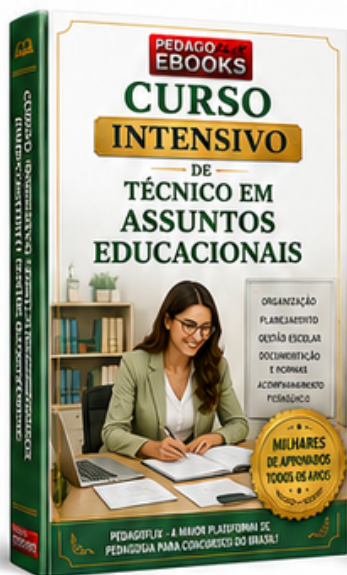
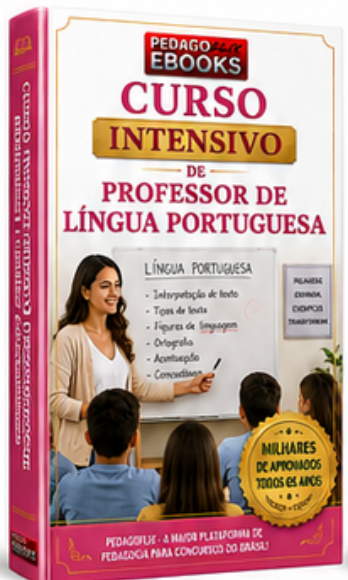
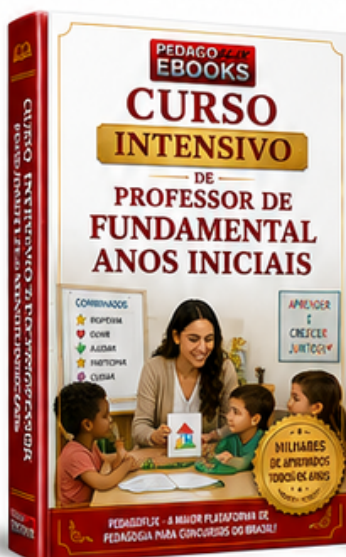
**ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819**



ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFlix.COM.BR/GRUPOSWhatsApp

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

 ESTUDE ONDE QUISER •  REVISE MAIS RÁPIDO •  APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!



CONTEÚDO ATUALIZADO

Sempre de acordo com os editais mais recentes



REVISÃO RÁPIDA

Materiais objetivos para otimizar seu tempo



ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO

Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader



FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS

Conteúdo selecionado para o que mais importa



ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

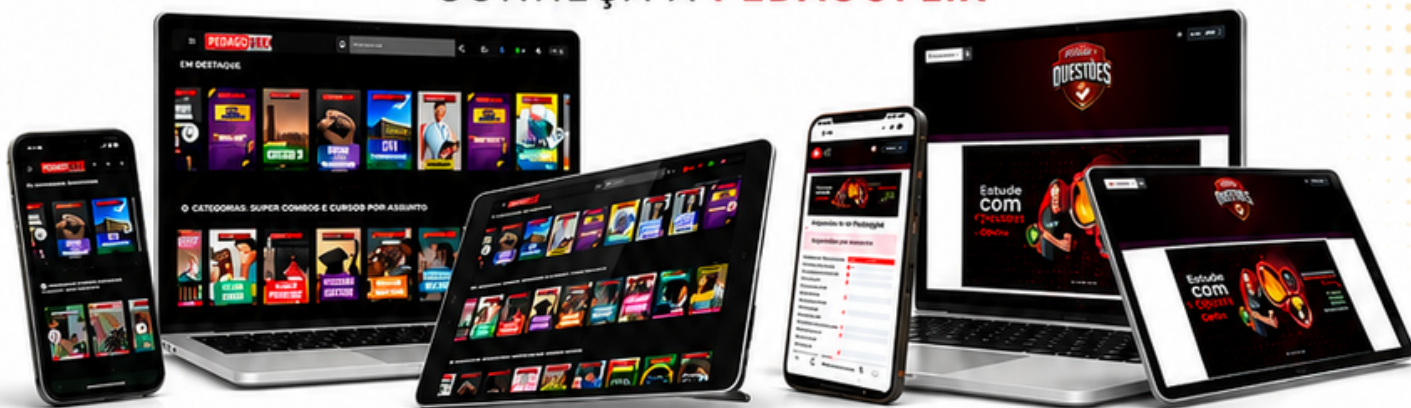
 www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks



PEDAGOFlix

A MAIOR PLATAFORMA DE PEDAGOGIA DO BRASIL

— CONHEÇA A PEDAGOFlix —



A Pedagogoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.



Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagogoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.



Hoje, a Pedagogoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:



PLATAFORMA DE VIDEOAULAS



Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.



Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.



Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.



Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.



WWW.PEDAGOFlix.COM.BR



PLATAFORMA DE QUESTÕES



O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.



Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.



Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.



Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.



WWW.QUESTOES.PEDAGOFlix.COM.BR



Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagogoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R\$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**



81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLEX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLEX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).



PEDAGOFlix

DÊ UM PLAY NA SUA
APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Este Ebook Intensivo um material elaborado para apoiar sua preparação para o concurso da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, conforme o Edital nº 014/2026. Na **Pedagoflix**, este Ebook reúne conteúdos de Educação e Pedagogia, Administração Pública, Língua Portuguesa e leitura e interpretação de dados e indicadores educacionais, com foco nos conhecimentos previstos para o cargo de professor da rede estadual. 📖💎

A organização foi estruturada em capítulos temáticos, permitindo que você avance de forma progressiva e conecte fundamentos históricos, legais, pedagógicos e administrativos. O estudo parte da história da educação brasileira, da legislação educacional e dos Planos Nacionais de Educação, percorre a estrutura da educação básica, as tendências pedagógicas, a gestão democrática e o Projeto Político-Pedagógico. Também aborda didática, planejamento, avaliação, teorias da aprendizagem, desenvolvimento humano, inclusão, diversidade e protagonismo juvenil. 🎯

Você encontrará ainda os fundamentos da **Base Nacional Comum Curricular**, da educação integral em tempo integral, das avaliações externas e das políticas de equidade, com atenção ao Documento Curricular Referencial do Ceará para o Ensino Médio. Os capítulos dedicados à Administração Pública contemplam princípios constitucionais, organização administrativa, processo administrativo, controles, poderes, ética, estrutura do Governo do Estado do Ceará e Estatuto dos Servidores. ⚖️🏛️

Para completar sua preparação, o Ebook sistematiza conteúdos de Língua Portuguesa, incluindo compreensão textual, textualidade, gêneros, gramática e norma-padrão, além de indicadores educacionais, avaliações de desempenho, leitura de tabelas, gráficos e estatística descritiva aplicada à educação. Estude cada eixo com atenção, relacione os conceitos e fortaleça sua segurança para interpretar as questões com precisão. *Seu compromisso com o estudo é um passo decisivo para a sua trajetória profissional.* 🚀

Sumário

1	História da Educação Brasileira	20
1.1	Movimento dos Pioneiros da Educação Nova	
1.2	Principais períodos e reformas da educação brasileira	
1.3	Educação brasileira da Constituição de 1988 aos dias atuais	
1.4	Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	
1.5	Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	
1.6	Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, e a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	
1.7	Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010	
1.8	Plano Nacional de Educação de 2014 a 2025	
1.9	Plano Nacional de Educação de 2026 a 2036	
1.10	Educação, diversidade cultural e direitos humanos	
2	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	31
2.1	Organização da educação nacional	
2.2	Etapas e modalidades da educação básica	
2.3	Competências dos sistemas de ensino	
2.4	Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio	
2.5	Educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional	
2.6	Tendências pedagógicas contemporâneas	
2.7	Pedagogia tradicional	
2.8	Pedagogia renovada	
2.9	Pedagogia tecnicista	
2.10	Pedagogia libertadora	
2.11	Pedagogia crítico-social dos conteúdos	
2.12	Gestão democrática da escola pública	
2.13	Participação da comunidade escolar	
2.14	Conselhos escolares e órgãos colegiados	
2.15	Projeto Político-Pedagógico	
2.16	Construção, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico	

3 Didática e Processo de Ensino e Aprendizagem

47

- 3.1** Conceito, objeto e fundamentos da didática
- 3.2** Didática como fundamento epistemológico do fazer docente
- 3.3** Organização do processo didático
- 3.4** Planejamento educacional
- 3.5** Estratégias de ensino
- 3.6** Metodologias de ensino
- 3.7** Avaliação da aprendizagem
- 3.8** A sala de aula como espaço de aprendizagem
- 3.9** Relação professor, estudante e conhecimento
- 3.10** Planejamento de curso
- 3.11** Planejamento de unidade
- 3.12** Planejamento de aula
- 3.13** Elementos estruturantes do planejamento
- 3.14** Objetivos educacionais
- 3.15** Conteúdos, procedimentos e recursos didáticos
- 3.16** Avaliação diagnóstica, formativa e somativa
- 3.17** Adequações pedagógicas e inclusão

4 Teorias da Aprendizagem e Psicologia do Desenvolvimento

64

- 4.1** Conceitos fundamentais das teorias da aprendizagem
- 4.2** Inatismo
- 4.3** Comportamentalismo
- 4.4** Behaviorismo
- 4.5** Interacionismo
- 4.6** Cognitivismo
- 4.7** Bases empíricas das teorias da aprendizagem
- 4.8** Bases metodológicas das teorias da aprendizagem
- 4.9** Bases epistemológicas das teorias da aprendizagem
- 4.10** Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos
- 4.11** Aspectos biopsicossociais do desenvolvimento
- 4.12** Desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e moral
- 4.13** Relações entre desenvolvimento e aprendizagem
- 4.14** Bullying e violência escolar
- 4.15** Relações étnico-raciais na educação
- 4.16** Educação especial e educação inclusiva

4.17 Educação ambiental

4.18 Protagonismo juvenil

5 Base Nacional Comum Curricular

82

5.1 Conceito e finalidade da Base Nacional Comum Curricular

5.2 Fundamentos da Base Nacional Comum Curricular

5.3 Princípios orientadores da Base Nacional Comum Curricular

5.4 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento

5.5 Competências gerais da educação básica

5.6 Competências específicas e habilidades

5.7 O ensino médio no contexto da educação básica

5.8 Formação geral básica

5.9 Organização curricular

5.10 Áreas do conhecimento

5.11 Integração entre componentes curriculares

5.12 Temas contemporâneos transversais

5.13 Flexibilização curricular

5.14 Implementação da Base Nacional Comum Curricular nas redes de ensino

6 Professor: Formação, Pesquisa e Profissão

96

6.1 Formação inicial e continuada de professores

6.2 Base legal da formação docente

6.3 Diretrizes para a formação de professores

6.4 Saberes docentes

6.5 Identidade profissional do professor

6.6 Profissionalização e valorização docente

6.7 A pesquisa na prática docente

6.8 Professor pesquisador

6.9 Investigação da prática pedagógica

6.10 Reflexão sobre a ação docente

6.11 Dimensão ética da profissão

6.12 Responsabilidade social do professor

6.13 Relações profissionais e respeito à diversidade

6.14 Compromisso com a aprendizagem e a inclusão

7 Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio

110

7.1 Conceito de educação integral

7.2 Diferença entre educação integral e educação em tempo integral

- 7.3** Marcos legais da educação integral
- 7.4** Princípios da educação integral
- 7.5** Formação multidimensional dos estudantes
- 7.6** Currículo e educação integral
- 7.7** Integração entre formação geral e formação específica
- 7.8** Protagonismo estudantil
- 7.9** Projeto de vida
- 7.10** Itinerários formativos
- 7.11** Organização dos itinerários formativos
- 7.12** Eletivas e componentes curriculares flexíveis
- 7.13** Acompanhamento pedagógico no ensino médio integral
- 7.14** Gestão do tempo, dos espaços e das experiências educativas

8 Avaliações Externas em Larga Escala na Educação Básica

125

- 8.1** Conceito e finalidade das avaliações externas
- 8.2** Avaliação em larga escala e avaliação da aprendizagem
- 8.3** Indicadores de qualidade da educação
- 8.4** Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
- 8.5** Objetivos, estrutura e aplicação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
- 8.6** Resultados e indicadores do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
- 8.7** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- 8.8** Objetivos, estrutura e componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- 8.9** Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
- 8.10** Matrizes de referência e escalas de proficiência
- 8.11** Uso pedagógico dos resultados das avaliações
- 8.12** Limites e possibilidades das avaliações externas

9 Políticas de Equidade na Educação

137

- 9.1** Conceito de equidade educacional
- 9.2** Igualdade e equidade
- 9.3** Políticas de inclusão e redução das desigualdades
- 9.4** Equidade no Plano Nacional de Educação de 2026 a 2036
- 9.5** Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica
- 9.6** Desigualdades sociais, econômicas, regionais e educacionais

9.7	Educação das relações étnico-raciais	
9.8	Educação escolar indígena	
9.9	Educação especial na perspectiva inclusiva	
9.10	Educação do campo, quilombola e de povos tradicionais	
9.11	Equidade de gênero e respeito à diversidade	
9.12	Políticas de proteção e promoção dos direitos dos estudantes	
10	Documento Curricular Referencial do Ceará para o Ensino Médio	149
10.1	Fundamentos do Documento Curricular Referencial do Ceará	
10.2	Princípios orientadores do currículo cearense	
10.3	Concepção de educação e formação humana	
10.4	Organização curricular do ensino médio no Ceará	
10.5	Formação geral básica	
10.6	Itinerários formativos	
10.7	Áreas do conhecimento e componentes curriculares	
10.8	Competências e habilidades	
10.9	Integração curricular e interdisciplinaridade	
10.10	Educação integral e projeto de vida	
10.11	Protagonismo juvenil	
10.12	Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional	
10.13	Diversidade, inclusão e equidade no currículo	
10.14	Orientações para a prática pedagógica	
10.15	Gestão curricular e implementação nas escolas estaduais	
11	Administração Pública: Conceitos, Princípios e Organização	164
11.1	Conceito de Administração Pública	
11.2	Finalidade e funções da Administração Pública	
11.3	Princípios constitucionais da Administração Pública	
11.4	Legalidade	
11.5	Impessoalidade	
11.6	Moralidade	
11.7	Publicidade	
11.8	Eficiência	
11.9	Princípios legais aplicáveis à Administração Pública	
11.10	Interesse público	
11.11	Supremacia e indisponibilidade do interesse público	
11.12	Evolução histórica da Administração Pública no Brasil	

- 11.13** Reformas administrativas brasileiras
- 11.14** Modelo patrimonialista
- 11.15** Modelo burocrático
- 11.16** Modelo gerencial
- 11.17** Administração Pública na Constituição Federal vigente
- 11.18** Disposições constitucionais gerais
- 11.19** Servidores públicos

12 Processo Administrativo e Organização Administrativa

182

- 12.1** Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999
- 12.2** Princípios do processo administrativo
- 12.3** Direitos e deveres dos administrados
- 12.4** Competência administrativa
- 12.5** Impedimento e suspeição
- 12.6** Forma, tempo e lugar dos atos processuais
- 12.7** Comunicação dos atos
- 12.8** Instrução processual
- 12.9** Decisão administrativa
- 12.10** Motivação dos atos administrativos
- 12.11** Anulação, revogação e convalidação
- 12.12** Recursos administrativos
- 12.13** Organização e divisão da Administração Pública
- 12.14** Órgãos públicos
- 12.15** Fundos públicos
- 12.16** Entidades integrantes da Administração Pública
- 12.17** Administração Direta
- 12.18** Administração Indireta
- 12.19** Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista

13 Controle e Poderes da Administração Pública

201

- 13.1** Controle da Administração Pública
- 13.2** Controle administrativo
- 13.3** Controle legislativo
- 13.4** Controle judicial
- 13.5** Controle interno e controle externo
- 13.6** Tribunais de contas

13.7 Responsabilização dos agentes públicos

13.8 Poder vinculado

13.9 Poder discricionário

13.10 Poder normativo

13.11 Poder hierárquico

13.12 Poder disciplinar

13.13 Poder de polícia

13.14 Atributos e limites do poder de polícia

13.15 Abuso de poder

13.16 Excesso de poder

13.17 Desvio de finalidade

14 Políticas Educacionais e Administração Pública do Ceará

219

14.1 Plano Nacional de Educação

14.2 Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026

14.3 Metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação

14.4 Implementação e monitoramento das políticas educacionais

14.5 Estrutura organizacional do Governo do Estado do Ceará

14.6 Modelo de Gestão do Poder Executivo do Estado do Ceará

14.7 Princípios e características do modelo de gestão estadual

14.8 Guia Modelagem de Estrutura Organizacional

14.9 Estrutura, competências e níveis organizacionais

14.10 Planejamento e gestão por resultados

14.11 Código de Ética e Conduta da Administração Pública do Estado do Ceará

14.12 Princípios éticos da Administração Pública estadual

14.13 Deveres, vedações e responsabilidades dos agentes públicos

14.14 Conflito de interesses

14.15 Transparência e integridade pública

14.16 Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará

14.17 Direitos e vantagens dos servidores

14.18 Deveres e proibições

14.19 Responsabilidade funcional

14.20 Regime disciplinar

14.21 Provimento, vacância, remoção e redistribuição

15 Língua Portuguesa: Compreensão e Textualidade

240

15.1 Compreensão de textos

- 15.2** Interpretação de textos
- 15.3** Informações explícitas e implícitas
- 15.4** Inferência e pressuposição
- 15.5** Tema, tese e argumentos
- 15.6** Fatores de textualidade
- 15.7** Coesão textual
- 15.8** Coerência textual
- 15.9** Intencionalidade
- 15.10** Aceitabilidade
- 15.11** Situacionalidade
- 15.12** Informatividade
- 15.13** Intertextualidade
- 15.14** Tipologias textuais
- 15.15** Narração
- 15.16** Descrição
- 15.17** Dissertação
- 15.18** Exposição
- 15.19** Injunção
- 15.20** Gêneros discursivos e textuais
- 15.21** Características, finalidade e estrutura dos gêneros textuais

16 Língua Portuguesa: Gramática e Norma-Padrão

- 16.1** Ortografia oficial
- 16.2** Emprego de letras
- 16.3** Uso do hífen
- 16.4** Acentuação gráfica
- 16.5** Regras de acentuação
- 16.6** Acentuação de palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas
- 16.7** Emprego das classes gramaticais
- 16.8** Substantivo
- 16.9** Adjetivo
- 16.10** Artigo
- 16.11** Numeral
- 16.12** Pronome
- 16.13** Verbo
- 16.14** Advérbio

260

- 16.15** Preposição
- 16.16** Conjunção
- 16.17** Interjeição
- 16.18** Formação e estrutura das palavras
- 16.19** Radical, tema, afixos e desinências
- 16.20** Derivação e composição
- 16.21** Emprego do sinal indicativo de crase
- 16.22** Casos obrigatórios, facultativos e proibidos de crase
- 16.23** Relações de coordenação e subordinação
- 16.24** Orações coordenadas
- 16.25** Orações subordinadas
- 16.26** Relações sintáticas na organização da oração e do período
- 16.27** Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração
- 16.28** Pontuação
- 16.29** Vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, travessão e parênteses
- 16.30** Concordância nominal
- 16.31** Concordância verbal
- 16.32** Regência nominal
- 16.33** Regência verbal
- 16.34** Significação das palavras
- 16.35** Sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia
- 16.36** Polissemia e ambiguidade
- 16.37** Denotação e conotação
- 16.38** Funções da linguagem
- 17** Indicadores Educacionais: Conceitos e Aplicações
 - 17.1** Conceito de indicador educacional
 - 17.2** Finalidades dos indicadores educacionais
 - 17.3** Indicadores e índices
 - 17.4** Indicadores no campo das políticas educacionais
 - 17.5** Construção, interpretação e limitações dos indicadores
 - 17.6** Indicadores calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 - 17.7** Indicadores de acesso e cobertura
 - 17.8** Indicadores de permanência e fluxo escolar
 - 17.9** Indicadores de rendimento escolar

17.10	Indicadores de qualidade da educação	
17.11	Indicadores escolares	
17.12	Indicadores docentes	
17.13	Indicadores discentes	
17.14	Taxas de aprovação, reprovação e abandono	
17.15	Distorção idade-série	
17.16	Matrículas, frequência e conclusão	
17.17	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	
17.18	Indicadores de formação e condições de trabalho docente	
18	Indicadores de Desempenho dos Estudantes	313
18.1	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará	
18.2	Objetivos e características do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará	
18.3	Matrizes de referência e escalas de proficiência do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará	
18.4	Sistema de Avaliação da Educação Básica	
18.5	Estrutura e componentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica	
18.6	Matrizes de referência e resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica	
18.7	Exame Nacional do Ensino Médio	
18.8	Competências e habilidades avaliadas no Exame Nacional do Ensino Médio	
18.9	Programa Internacional de Avaliação de Alunos	
18.10	Competências avaliadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos	
18.11	Comparabilidade nacional e internacional dos resultados	
18.12	Uso dos resultados para o planejamento educacional	
18.13	Relação entre desempenho, contexto social e equidade	
19	Leitura e Interpretação de Dados Educacionais	327
19.1	Leitura de tabelas	
19.2	Leitura de gráficos	
19.3	Gráficos de barras, linhas, setores e histogramas	
19.4	Leitura de mapas, infográficos e painéis de indicadores	
19.5	Identificação de tendências e padrões	
19.6	Comparação de dados absolutos e relativos	
19.7	Porcentagens e taxas	
19.8	Razão, proporção e variação percentual	
19.9	Médias e medidas de posição	

- 19.10** Interpretação de escalas e unidades
- 19.11** Análise de séries históricas
- 19.12** Cruzamento de indicadores
- 19.13** Identificação de inconsistências e limitações dos dados
- 19.14** Resolução de problemas com dados educacionais
- 19.15** Comunicação e apresentação de resultados

20 Estatística Descritiva Aplicada à Educação

342

- 20.1** Conceitos básicos de estatística
- 20.2** População, amostra e variável
- 20.3** Tipos de variáveis
- 20.4** Organização e classificação de dados
- 20.5** Distribuição de frequências
- 20.6** Frequência absoluta, relativa e acumulada
- 20.7** Média aritmética
- 20.8** Mediana
- 20.9** Moda
- 20.10** Amplitude
- 20.11** Variância
- 20.12** Desvio padrão
- 20.13** Medidas de dispersão
- 20.14** Quartis e percentis
- 20.15** Interpretação de medidas estatísticas
- 20.16** Resolução de problemas estatísticos
- 20.17** Aplicação da estatística descritiva aos indicadores educacionais
- 20.18** Cuidados na análise e interpretação de resultados

História da Educação Brasileira

Movimento dos Pioneiros da Educação Nova



✦ O Movimento dos Pioneiros da Educação Nova consolidou-se no Brasil com a publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, em 1932, liderado por educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Inspirado no escolanovismo, defendia uma escola pública, gratuita, obrigatória, laica e acessível a todas as pessoas. ●

Em oposição ao ensino tradicional, centrado na memorização, na autoridade rígida e na transmissão unilateral de conteúdos, os pioneiros propunham a valorização da experiência, da atividade, dos interesses dos estudantes e da aprendizagem pela ação. A criança e o jovem deveriam ocupar posição ativa no processo educativo. ✦

O Manifesto compreendia a educação como direito social e responsabilidade prioritária do Estado. Também reivindicava a organização de um sistema nacional de educação, com planejamento, financiamento público, formação adequada de professores e articulação entre os níveis de ensino.

- **Escola única:** formação comum inicial, sem privilégios decorrentes da origem social.
- **Laicidade:** separação entre educação pública e imposições religiosas.
- **Gratuidade:** garantia de acesso sem cobrança na rede pública.
- **Obrigatoriedade:** dever estatal de assegurar a escolarização.
- **Renovação pedagógica:** métodos ativos, científicos e centrados no educando.

⚖ Embora suas propostas não tenham sido integralmente efetivadas, o movimento influenciou debates constitucionais, políticas educacionais e a defesa histórica da educação pública democrática no Brasil.

Questão 1. (Pedagogoflix 2026) Segundo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a renovação pedagógica deveria priorizar:

a) a memorização e a autoridade rígida do professor.

- b) a atividade, a experiência e os interesses do educando.
- c) a transmissão unilateral de conteúdos.
- d) a seleção escolar conforme a origem social.
- e) a vinculação da educação pública a imposições religiosas.

Resposta: b

Inspirados no escolanovismo, os pioneiros defendiam métodos ativos e centrados no educando, valorizando sua experiência, participação e aprendizagem pela ação.

Principais períodos e reformas da educação brasileira

A educação brasileira percorreu transformações ligadas às disputas políticas, sociais e econômicas do país. No período colonial, a ação jesuítica organizou a catequese e a instrução das elites. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as reformas pombalinas instituíram as aulas régias, sob controle estatal, porém sem formar uma rede pública ampla.

No Império, a Constituição de 1824 previu instrução primária gratuita, e a Lei de 15 de outubro de 1827 regulou escolas de primeiras letras. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino primário e secundário para as províncias, produzindo desigualdades regionais. ⚖️

Na República, difundiram-se ideais de escola pública, laica e obrigatória. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, defendeu educação como direito de todos, planejamento nacional e valorização docente. A Constituição de 1934 incorporou importantes garantias, posteriormente restringidas pelo Estado Novo.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 4.024/1961, estruturou o sistema nacional. Durante a ditadura, a Lei federal nº 5.692/1971 reformou o ensino de primeiro e segundo graus, enfatizando profissionalização e expansão quantitativa. Com a Constituição de 1988, a educação tornou-se direito social e dever do Estado. A Lei federal nº 9.394/1996 consolidou a educação básica, a gestão democrática e a autonomia escolar. 📖 Reformas posteriores fortaleceram inclusão, relações étnico-raciais, educação integral, Base Nacional Comum Curricular e ampliação do acesso ao ensino médio.

Questão 2. (Pedagogflex 2026) A medida que descentralizou o ensino primário e secundário para as províncias, contribuindo para desigualdades regionais, foi o:

- a) Ato Adicional de 1834
- b) Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
- c) conjunto de reformas pombalinas
- d) Constituição de 1988

e) Lei nº 9.394/1996

Resposta: a

O Ato Adicional de 1834 transferiu às províncias responsabilidades sobre o ensino primário e secundário, o que favoreceu diferenças educacionais entre as regiões.

Educação brasileira da Constituição de 1988 aos dias atuais

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um marco democrático para a educação brasileira ✦, ao reconhecê-la como **direito de todos e dever do Estado e da família**, promovida com a colaboração da sociedade. O artigo 206 estabelece princípios essenciais: igualdade de acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais, gestão democrática e padrão de qualidade.

A partir desse marco, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996**, organizou a educação nacional em educação básica e educação superior, reafirmando a responsabilidade estatal e a autonomia dos sistemas de ensino. A educação básica passou a abranger educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. ♦

Nas décadas seguintes, destacaram-se políticas de financiamento, expansão e avaliação: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, posteriormente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Sistema de Avaliação da Educação Básica; Exame Nacional do Ensino Médio; e planos nacionais de educação.

Também avançaram normas de equidade, como as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular orienta aprendizagens essenciais, enquanto persistem desafios ▮: redução das desigualdades, inclusão, permanência escolar, valorização docente, educação integral e qualidade socialmente referenciada.

Questão 3. (Pedagogoflix 2026) Segundo o texto, qual medida expressa uma política de equidade na educação brasileira posterior à Constituição de 1988?

- a) Obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.
- b) Restrição da educação básica ao ensino fundamental.
- c) Substituição da gestão democrática pela gestão exclusivamente privada.
- d) Extinção da gratuidade do ensino público.
- e) Exclusão da educação infantil da educação básica.

Resposta: a

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 promoveram equidade ao tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, organizando a educação brasileira sob os princípios constitucionais de **igualdade de acesso e permanência**, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gestão democrática, valorização profissional e garantia de padrão de qualidade. 📖

A educação abrange processos formativos presentes na família, no trabalho, na convivência humana, nos movimentos sociais e nas instituições de ensino. Seu objetivo é o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho. ✦

- **Educação Básica:** educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- **Educação Superior:** graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão;
- **Modalidades:** educação especial, profissional e tecnológica, de jovens e adultos, do campo, indígena, quilombola e a distância.

A lei define incumbências dos entes federados, das escolas e dos docentes. Ao professor compete participar da elaboração do projeto pedagógico, elaborar planos de trabalho, zelar pela aprendizagem, criar estratégias de recuperação e colaborar com a integração entre escola, famílias e comunidade. A gestão democrática concretiza-se pela participação dos profissionais e da comunidade escolar no projeto pedagógico. ⚖️

Questão 4. (Pedagogflix 2026) Segundo a LDB, qual ação expressa uma incumbência do professor?

- a) Definir isoladamente as diretrizes nacionais da educação.
- b) Elaborar planos de trabalho e zelar pela aprendizagem dos alunos.
- c) Substituir a participação da comunidade no projeto pedagógico.
- d) Organizar exclusivamente a educação superior.
- e) Estabelecer normas gerais para todos os sistemas de ensino.

Resposta: b

A LDB atribui ao docente a elaboração de planos de trabalho, o zelo pela aprendizagem e a

criação de estratégias de recuperação, entre outras incumbências.

Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

A Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas de educação básica. ● A norma representa marco de combate ao racismo e de valorização das contribuições dos povos africanos e da população negra para a formação social, política, econômica e cultural do Brasil.

O conteúdo deve abranger, especialmente:

- história da África e dos africanos;
- lutas, resistências e participação negra na construção nacional;
- cultura afro-brasileira, incluindo manifestações religiosas, artísticas, científicas e sociais;
- estudo da realidade étnico-racial brasileira. ✦

Os conteúdos devem ser desenvolvidos em todo o currículo, com destaque para Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem se limitarem a datas comemorativas ou abordagens folclorizadas. A lei também instituiu o **Dia Nacional da Consciência Negra**, em 20 de novembro, no calendário escolar.

A implementação exige formação docente, revisão de práticas pedagógicas, seleção crítica de fontes e materiais didáticos e construção de relações escolares respeitadas. A finalidade é promover educação antirracista, reconhecer identidades negras e assegurar currículo comprometido com igualdade, dignidade e justiça social. ⚖️

Questão 5. (Pedagogflix 2026) Segundo a Lei nº 10.639/2003, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana deve:

- a) abordar-se em todo o currículo, com destaque para Educação Artística, Literatura e História do Brasil.
- b) restringir-se às disciplinas de História e Literatura.
- c) ocorrer apenas no Dia da Consciência Negra.
- d) limitar-se a manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras.
- e) ser ofertado somente em escolas públicas.

Resposta: a

A lei determina o desenvolvimento desses conteúdos em todo o currículo da educação

básica, destacando Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem reduzi-los a datas comemorativas ou folclorização.

Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, e a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determinou a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas nos currículos da educação básica, pública e privada. A norma ampliou a Lei Federal nº 10.639, de 2003, incorporando expressamente as contribuições indígenas. ✦

O conteúdo deve abranger a história da África e dos africanos, a luta da população negra e dos povos indígenas no Brasil, suas culturas, organizações sociais, conhecimentos, formas de resistência e participação na construção nacional. Não se trata de abordagem pontual, folclórica ou limitada a datas comemorativas. ●

A legislação estabelece especial referência às áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, sem restringir o tratamento do tema a elas. Sua implementação requer currículo integrado, revisão de práticas discriminatórias, seleção crítica de fontes e valorização das identidades, territorialidades e saberes ancestrais. 🌿

- **Finalidade central:** combater o racismo e o apagamento histórico.
- **Princípio pedagógico:** reconhecimento da diversidade étnico-racial.
- **Dever docente:** promover aprendizagens críticas, respeitosas e antirracistas. ✨

A efetividade da lei depende de formação docente, materiais adequados e participação das comunidades negras e indígenas, assegurando uma educação comprometida com equidade, direitos humanos e justiça social.

Questão 6. (Pedagogflix 2026) Uma implementação coerente da Lei nº 11.645/2008 deve:

- a) restringir o tema às comemorações do Dia da Consciência Negra e do Dia dos Povos Indígenas.
- b) abordar as contribuições afro-brasileiras e indígenas apenas em Educação Artística.
- c) priorizar conteúdos folclóricos, sem discutir racismo, resistência ou direitos humanos.
- d) tratar povos indígenas e população negra como grupos sem participação na construção nacional.
- e) desenvolver currículo integrado, com fontes críticas, valorização de saberes ancestrais e práticas antirracistas.

Resposta: e

A lei exige abordagem contínua e integrada, valorizando histórias, culturas, resistências e saberes afro-brasileiros e indígenas, com finalidade antirracista.

Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010

 O Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010 foi instituído pela Lei federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, em cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Constituiu-se como planejamento decenal voltado à organização das prioridades educacionais brasileiras.

Seus objetivos centrais foram: **e elevar o nível de escolaridade** da população; melhorar a qualidade do ensino; reduzir desigualdades sociais e regionais; ampliar o acesso e a permanência na escola; e fortalecer a gestão democrática. 

O Plano reuniu metas para todas as etapas e modalidades da educação, abrangendo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação especial, formação docente e financiamento.

- ✦ Ampliação progressiva da educação infantil;
- ✦ Universalização do ensino fundamental;
- ✦ Expansão das matrículas no ensino médio;
- ✦ Valorização e formação dos profissionais da educação;
- ✦ Melhoria da infraestrutura e dos recursos pedagógicos;
- ✦ Destinação de recursos públicos à educação.

Apesar de seu caráter abrangente, muitas metas não foram integralmente cumpridas. Entre os obstáculos, destacaram-se o financiamento insuficiente, as desigualdades federativas, a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento e a ausência de vinculação mais efetiva entre metas e orçamento. 

O período evidenciou que planejar exige monitoramento, participação social, cooperação entre União, estados e municípios e recursos adequados. Assim, o Plano de 2001 a 2010 consolidou referências importantes para os planos posteriores e para a defesa da educação como direito público subjetivo. 

Questão 7. (Pedagogflex 2026) Um fator que dificultou o cumprimento integral das metas do PNE 2001-2010 foi:

- a) o financiamento insuficiente e a frágil vinculação entre metas e orçamento
- b) a inexistência de metas para a educação básica

- c) a exclusão da formação de profissionais da educação
- d) a ausência de previsão para o ensino fundamental
- e) a proibição da cooperação entre os entes federativos

Resposta: a

O financiamento insuficiente, as desigualdades federativas e a baixa articulação entre metas e orçamento comprometeram a efetivação de diversas metas do Plano.

Plano Nacional de Educação de 2014 a 2025

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei federal nº 13.005/2014, estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira no decênio 2014-2024. Embora o período inicialmente previsto tenha se encerrado em 2024, sua vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, pela Lei federal nº 14.934/2024. 📖

Sua finalidade foi articular o Sistema Nacional de Educação e orientar a colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Entre as diretrizes destacam-se: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades; melhoria da qualidade; valorização dos profissionais; gestão democrática; e ampliação do investimento público. ⚖️

O Plano organizou-se em **20 metas**, acompanhadas de estratégias. Abrangeu da educação infantil à pós-graduação, incluindo educação especial, educação em tempo integral, alfabetização, ensino profissional, formação docente e financiamento. A Meta 20 previu elevar o investimento público em educação para, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto. 📈

- **Metas 1 a 4:** acesso, universalização e inclusão na educação básica;
- **Metas 5 a 9:** alfabetização, qualidade, escolaridade e educação de jovens e adultos;
- **Metas 15 a 18:** formação, carreira e remuneração docente;
- **Meta 19:** efetivação da gestão democrática. 🏠

O monitoramento ocorreu por avaliações e indicadores, com participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Educação, Congresso Nacional e sociedade civil. A execução depende da integração entre planos estaduais e municipais, do financiamento adequado e do controle social. ✓

Questão 8. (Pedagogoflix 2026) No PNE 2014-2025, qual meta se refere à efetivação da gestão democrática da educação?

- a) Meta 4

- b) Meta 9
- c) Meta 15
- d) Meta 20
- e) Meta 19

Resposta: e

A Meta 19 do PNE trata da efetivação da gestão democrática, fortalecendo a participação da comunidade nas decisões educacionais.

Plano Nacional de Educação de 2026 a 2036

O Plano Nacional de Educação de 2026 a 2036, instituído pela **Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026**, orienta as políticas educacionais brasileiras por dez anos. Constitui referência para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que devem articular seus planos, ações, financiamento e mecanismos de acompanhamento. ✦

Sua finalidade é assegurar o direito à educação com **qualidade, equidade, inclusão e gestão democrática**. O planejamento nacional busca enfrentar desigualdades territoriais, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de deficiência e de acesso à permanência escolar. A educação pública é compreendida como dever estatal e instrumento de justiça social. ♪

- **Acesso e permanência:** expansão de matrículas e combate à evasão, ao abandono e à distorção idade-série.
- **Qualidade:** melhoria da aprendizagem, das condições de oferta e da avaliação educacional.
- **Valorização profissional:** formação inicial e continuada, carreira, remuneração e condições adequadas de trabalho docente.
- **Financiamento:** fortalecimento do investimento público e da cooperação federativa.
- **Equidade:** atenção prioritária a grupos historicamente vulnerabilizados. ●

As metas devem ser acompanhadas por indicadores, dados educacionais e participação social. Para concursos, convém distinguir: o Plano Nacional estabelece diretrizes gerais; os planos estaduais e municipais concretizam-nas conforme as realidades locais, sem afastar os objetivos nacionais. ✓

Questão 9. (Pedagogflix 2026) No PNE 2026-2036, cabe aos planos estaduais e municipais:

- a) concretizar as diretrizes nacionais conforme as realidades locais, sem afastar os objetivos do PNE.
- b) substituir as diretrizes nacionais por metas exclusivamente locais.

- c) atuar apenas no financiamento da educação básica.
- d) dispensar indicadores e participação social no acompanhamento das metas.
- e) restringir-se à expansão de matrículas, sem considerar permanência e equidade.

Resposta: a

O PNE estabelece diretrizes gerais, enquanto os planos estaduais e municipais as concretizam de acordo com seus contextos, mantendo os objetivos nacionais.

Educação, diversidade cultural e direitos humanos

A educação brasileira deve reconhecer a diversidade cultural como riqueza constitutiva da sociedade. Isso implica combater práticas de silenciamento, preconceito e discriminação, assegurando que as diferenças étnico-raciais, indígenas, territoriais, religiosas, geracionais, de gênero, deficiência e orientação sexual sejam tratadas com respeito e dignidade. ✦

Os direitos humanos orientam uma formação comprometida com a igualdade, a justiça social, a liberdade e a participação democrática. Na escola, não se limitam a conteúdos isolados: atravessam currículo, relações pedagógicas, gestão, avaliação e convivência cotidiana. A aprendizagem ocorre em ambiente seguro, acolhedor e livre de violências. ✧

Marcos legais indispensáveis:

- Constituição Federal: educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: respeito à liberdade, pluralismo de ideias e valorização da diversidade;
- Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei Federal nº 11.645/2008: ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A prática docente exige seleção crítica de referências, valorização de saberes comunitários e intervenção diante do racismo, do bullying e de outras violações. ✧ Equidade não significa tratar todos de modo idêntico, mas garantir apoios adequados para que todos aprendam e participem plenamente.

Questão 10. (Pedagogflex 2026) Uma prática coerente com educação em direitos humanos e equidade é:

- a) selecionar referências plurais, valorizar saberes comunitários e intervir diante de discriminações.
- b) restringir a diversidade cultural a atividades comemorativas.

- c) aplicar os mesmos apoios a todos, independentemente de suas necessidades.
- d) tratar racismo e bullying como conflitos individuais, sem ação pedagógica.
- e) separar os direitos humanos do currículo e da convivência escolar.

Resposta: a

A educação em direitos humanos deve atravessar o currículo e as relações escolares, combatendo violações e assegurando apoios adequados à participação de todos.

PEDAGO
FLEX